



**ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, ESTADO DO PARANÁ.**

Ref.: Pregão Eletrônico 033/2023

SLG BRINQUEDOS RECREATIVOS – EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 32.322.243/0001-32, com sede na Rua General Osório, nº 1962, Parque São Paulo, Cascavel, Paraná, representada por Silvia Leyser Gohl, brasileira, portadora da cédula de Identidade nº 3.305.805-5-SESP/PR, devidamente inscrita no CPF nº 600.356.929-87, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, com fundamento no item 19.3, do edital, c/c art. 44, §2º do Decreto Federal 10.024/2019 apresentar

CONTRARRAZÕES

ao recurso administrativo interposto pela empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda, tendo em vista a inabilitação desta para a sequência do pregão eletrônico, levando em consideração os fatos e fundamentos que passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Esta contrarrazões é tempestiva já que conforme informações constantes na plataforma BLL, o prazo se encerra na data de 13/09/23.

Assim, dada a tempestividade espera seja esta recebida e processada para os devidos fins de direito.

II – DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo interposto pela empresa recorrente, que participou do certame licitatório em comento.

A recorrente foi inabilitada por ter apresentado certidão de falência e concordata em desacordo com o edital.

Isto por que, o edital determinava que as certidões que não contivessem data de vencimento estabelecida no bojo do próprio documento, deveria ser considerado o prazo de sua emissão, pelo prazo MÁXIMO de 30 dias.

A certidão apresentada pela recorrente apresenta data de emissão de 04/07/2023.

A sessão de licitação ocorreu em 29/08/2023.

Pela análise do item 13.25, temos que o prazo de emissão do referido documento não poderia ser superior a 30 (trinta) dias.

13.25 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 30 (trinta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento;

Como já dito, a certidão apresentada pela empresa recorrente foi emitida a praticamente 02 (dois) meses, antes da abertura da sessão, contrariando, portanto, a regra do edital.

O condutor do processo, regularmente, inabilitou a recorrente.

A recorrente, aponta que sua inabilitação seria excesso de formalismo.

Trouxe como fundamentação, algumas decisões de Tribunais, apontando ainda que caberia ao pregoeiro, sob o poder de diligencia, regularizar a situação da Recorrente.

É o relatório.

III – DA CORRETA INABILITAÇÃO DA EMPRESA ARAQUAPLAY INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. VEDAÇÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO NOVO.

Sem delongas, o recurso interposto pela empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda, deve ser julgado IMPROCEDENTE.

Isto por que, simples e puramente não cumpriu com as determinações do edital.

A bem da verdade pretende a Recorrente transferir a responsabilidade de sua negligencia e imprudência ao Município.

Ou seja, juntou, sabidamente, documento que não atendia ao edital e agora pretende de forma forçada afirmar que o Município deva aceitar suas escusas.

Ainda, apenas por amor ao debate, é importante esclarecer que, avaliando as fundamentações trazidas pela recorrente, em sua peça, que os artigos de lei, jurisprudência e doutrina ali elencadas, NÃO GUARDAM nenhuma relação com a situação fática apresentada neste caso.

Primeiro por que, a prefeitura além de lançar edital de licitação, exigindo apresentação de certidão de falência e concordata, tratou de sublinhar, grifar em vermelho, e destacar de forma contundente que referida certidão deveria ser emitida no prazo máximo de 30 dias.

Logo, estamos diante do **princípio da vinculação ao edital**.

Se o edital determinou, tal condição, caberia aos licitantes, ou impugna-lo, dentro do prazo legal, ao, apenas cumpri-lo.

A recorrente não fez nem um nem outro. Ou seja, aceitou as condições do edital e as consequências pelo não cumprimento do mesmo.

Em segundo ponto, temos que NÃO CABERIA diligencia para sanar um ERRO GROSSEIRO, da licitante, já que, as diligências devem ser realizadas para fins de complementar eventual omissão/obscuridade de determinado documento e, nunca para trazê-lo, novo ao edital.

Veja que, a apresentação do documento vencido, neste caso, por não se enquadrar nas condições e benefícios da lei complementar 123/06, deve ser considerado com ausente.

Isto por que, **a juntada de outra certidão, válida, acarretaria na juntada de documento novo, o que é vedado pela legislação.**

Esclarecemos também, para que não se cause confusão, que o prazo para autenticação da certidão não é o mesmo que prazo de validade.

Isto por que a autenticação é instrumento hábil a comprovar que determinado documento foi efetivamente emitido por quem de direito, ou seja, atesta sua veracidade.

Já a validade não se confunde com veracidade. Enquanto aquela se traduz no marco temporal em que referido documento surtirá efeitos para o mundo jurídico, esta ultima apenas atesta que o documento foi efetivamente emitido.

Como já dito, NÃO HÁ como a recorrente transferir a responsabilidade por sua negligencia, ao órgão público, já que o não cumprimento das regras do edital não pode ser subjugado como culpa do pregoeiro.

Ressalta-se também que a aceitação do recurso interposto pela empresa recorrente acarretaria em **tratamento anti-isonômico** e desleal para com as demais licitantes, que cumpriram rigorosamente as regras do edital.

Permitir que a empresa que descumpriu o edital seja declarada vencedora, premia a desorganização, a imprudência e displicência de um licitante em detrimento daqueles que se prepararam e se organizaram para o certame, o que demonstra inclusive despreparo, irresponsabilidade e falta de compromisso para com o órgão público licitante.

Por tais razões, não há como premiar a displicência com o objeto da licitação.

IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, requer seja, o recurso interposto pela empresa Araquaplay Industria e Comércio Ltda, julgado TOTALMENTE IMPROCEDENTE, para confirmar sua INABILITAÇÃO, mantendo-se incólume o resultado da licitação, nos termos da Lei.

Caso não seja este o entendimento de vossa senhoria, requer seja o presente processo encaminhado ao chefe do executivo para decisão final nos termos da Lei.

Termo em que
Pede deferimento.

Cascavel, 08 de setembro de 2023.



SILVIA LEYSER
GOHL:60035692987

Assinado de forma digital por
SILVIA LEYSER GOHL:60035692987
Dados: 2023.09.08 17:47:20 -03'00'

SLG BRINQUEDOS RECREATIVOS – EIRELI

Silvia Leyser Gohl – Proprietária

RG 3.305.805-5-SESP/PR

CPF nº 600.356.929-87